

EDITORIAL

EDITOR'S NOTE

A Revista de Direito Civil Contemporâneo, publicada pela Thomson Reuters Revista dos Tribunais há mais de dez anos e, sob a responsabilidade de ser a Revista de Direito Civil com a melhor qualificação científica do Brasil (Qualis A1), apresenta no quadragésimo segundo volume uma seleção de contribuições que exemplificam o rigor e a profundidade do debate jurídico atual. A edição da Revista, como de costume, se desdobra em diversas seções temáticas, onde cada contribuição revela uma faceta distinta do pensamento jurídico contemporâneo.

Na seção Doutrina Nacional, encontram-se trabalhos que abordam desde a tradição dos fundamentos clássicos até os desafios impostos pela modernidade. Entre os artigos, destacam-se: “Para que serve saber latim? Reflexões sobre técnica, conhecimento de base e raciocínio científico na prática forense e na formação jurídica”, de autoria de Márlcio Aguiar e Maurício Sartori Resende. A metodologia do Direito Civil é enfrentada por Estevan Lo Ré Pousada em “‘Octopus’ – por uma proposta metodológica alternativa de análise do Direito Civil brasileiro contemporâneo”.

Ana Elisa Silva Fernandes Vieira e Dirceu Pereira Siqueira, em “Aproximações entre os direitos morais de autor e os direitos de personalidade”, aprofundam a discussão sobre os contornos dos direitos da personalidade, ao passo que Marcelo de Oliveira Milagres e Danilo Germano Rêgo, em “A responsabilidade civil do fabricante por danos causados por carros autônomos”, examinam os desafios impostos pela inteligência artificial no setor automotivo.

Lucas Felipe Cabral de Aquino e Marcilio Toscano Franca Filho, com “O regime de mão-morta e a proteção do patrimônio cultural religioso brasileiro”, oferecem uma reflexão sobre a preservação do patrimônio imaterial imbricado com as peculiaridades do regime jurídico das propriedades eclesiásticas. O diálogo entre os direitos humanos e o Direito Internacional Privado é exposto em “Direitos Humanos e Direito Internacional Privado”, de Beat Walter Rechsteiner.

Bruno de Sousa Saraiva traz novas reflexões sobre o papel da *lex mercatoria* como ordenamento, em “A nova *lex mercatoria* e os três tipos de pensamento jurídico”.

O volume 42 desta Revista renova o compromisso com a internacionalização na seção Doutrina Internacional. Assim, de autoria de Michel Fromont, “Os direitos fundamentais na ordem jurídica da República Federal da Alemanha”, apresentam ao leitor um panorama de um período muito peculiar da história alemã, traduzido por Daniel Carnáuba e Abrahan Lincoln Dorea Silva.

Patrícia Anjos Azevedo e Marco Rodrigues, em “Alimentos aos filhos: notas práticas e o caso dos filhos maiores ou emancipado”, exploram as complexidades das relações familiares sob uma ótica de outros sistemas.

Na seção Ensaio e Pareceres, Osny da Silva Filho apresenta parecer sobre o tema “Contratos de prestação de serviços de compartilhamento: regime jurídico, efetividade e garantia de direitos fundamentais nas relações estabelecidas entre YouTube e criadores de conteúdo”.

A Memória do Direito Civil resgata as raízes e a evolução dos conceitos que fundamentam nossa disciplina a partir da lente do Professor da Universidade de São Paulo, Alcides Tomasetti Jr., em “A ‘propriedade privada’ entre o Direito Civil e a Constituição”.

No setor de resenhas, a Mestre e Doutoranda Marina Amari oferece uma análise criteriosa da segunda edição do livro “Comentários à Lei da Liberdade Econômica – Lei 13.874/2019”, organizado por Floriano Peixoto Marques Neto, Otávio Luiz Rodrigues Jr. e Rodrigo Xavier Leonardo, trazendo à tona as nuances e os desafios deste marco legal que alterou profundamente o Direito Privado Nacional.

Por fim, a seção Comentários de Jurisprudência se dedica à análise minuciosa de julgados paradigmáticos. André Studart Leitão, Eduardo Rocha Dias e Ana Paula Pereira de Oliveira, em “Função protetiva de renda da previdência privada e sua utilidade como instrumento de planejamento sucessório: análise do Recurso Especial 1.726.577-SP”, exploram os mecanismos de proteção social e sua eficácia no planejamento sucessório. Em paralelo, Gabriel Maciel Queiroga, com “Comentários à Apelação Cível n. 1115962-16.2021.8.26.0100 (TJSP). Dal Piva v. Wassef: vida privada e divulgação não autorizada de mensagens instantâneas”, esclarece as complexas relações entre o direito à privacidade e a exposição pública em aplicativos de mensagens.

Cada um desses textos compõe um retrato abrangente e diversificado do Direito Civil Contemporâneo, reafirmando o compromisso desta Revista com a excelência acadêmica e o debate crítico.

Agradecemos, de forma especial, o apoio editorial dos doutorandos da Universidade de São Paulo – João Pedro Kostin F. de Natividade, Fernando Speck de Souza e Everton Willian Pona – bem como da Dra. Beatriz Miyazaki Kakazu, cujo contributo foi fundamental para a realização desta edição.

RODRIGO XAVIER LEONARDO

Advogado. Professor Associado de Direito Civil na Universidade Federal do Paraná.
Mestre e Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo – USP.